



Intervenção federal no Rio é aprovada e vai a promulgação

Decreto presidencial sobre a segurança pública no estado já havia sido referendado por deputados e ontem foi acolhido também pelo Senado

Aprovado no Senado com 55 votos a favor, 13 contrários e 1 abstenção, o decreto presidencial que impõe intervenção do governo federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro será agora promulgado. A medida, já aprovada na madrugada anterior pelos deputados, poderá durar até o último dia de 2018. Enquanto estiver em vigor, ficam paralisadas as votações de propostas de emenda à Constituição. Senadores da oposição tentaram impedir a aprovação da medida e questionaram sua constitucionalidade. No entanto, foi acolhido o relatório favorável, de Eduardo Lopes. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Presidente do Senado, Eunício Oliveira ressaltou que o próprio governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, é favorável à intervenção federal no estado

Derrubados vetos presidenciais à Lei da Adoção

O Congresso derrubou ontem o veto presidencial a dispositivos da lei que prioriza a adoção de grupos de irmãos e de crianças e adolescentes com problemas de saúde. O texto segue para promulgação.

Entre os artigos vetados pelo presidente Michel Temer, estava o que determina que crianças acolhidas, não procuradas por familiares em 30 dias, sejam cadastradas para adoção. **5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Parlamentares discutem vetos no Plenário da Câmara dos Deputados

Pimentel: "Rombo na Previdência veio após integração à Fazenda"

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, o senador José Pimentel, ex-ministro da Previdência Social, disse que o caixa da Previdência

dos trabalhadores urbanos apresentou saldo positivo até 2015, mas o rombo apareceu quando a pasta foi integrada ao Ministério da Fazenda. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

José Pimentel, Paulo Paim e Roberto Kupski debatem sobre a Previdência Social

Plano de privatizar a Eletrobras gera debate entre senadores

Na Comissão de Infraestrutura, senadores questionaram o plano do governo de privatizar a Eletrobras. Vanessa Grazziotin criticou o preço de seis distribuidores do Norte e do Nordeste, Jorge Viana disse

que a estatal é um patrimônio estratégico e Hélio José anunciou requerimento para criar uma CPI do sistema elétrico. Representantes do Ministério de Minas e Energia defenderam a privatização. **7**



Pedro França/Agência Senado

Bezerra (D) fala em debate com Paulo Pedrosa, do Ministério de Minas e Energia



Reprodução

Encartado nesta edição, o **Jornal Senado Mulher**

CPI terá campanha sobre violência contra crianças **2**

Plenário analisará empréstimos para Fortaleza e DF

Foram aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos e vão para o Plenário com urgência duas operações de crédito. Uma, para o Distrito Federal, de até US\$ 100 milhões e outra, para Fortaleza, de até US\$ 83 milhões. **8**

Audiência questiona veto a renegociação de dívidas rurais **8**

Municípios vão ter R\$ 2 bilhões de ajuda federal

O Congresso aprovou ontem projeto que abre crédito de R\$ 2 bilhões para auxílio financeiro emergencial a municípios. As prefeituras devem aplicar o dinheiro preferencialmente em saúde e educação. **5**

Projeto incentiva mediação em ações de família **6**

CPI dos Maus-Tratos fará campanha contra violência

Veículos de comunicação do Senado vão apoiar a comissão parlamentar de inquérito na execução de ações educativas voltadas a crianças e adolescentes. Objetivo é prevenir e combater agressões

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos fará uma campanha educativa de prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes. A campanha, aprovada ontem em reunião do colegiado, será realizada em parceria com a Secretaria de Comunicação do Senado (Secom).

Direcionadas aos públicos infantil e adolescente, as ações de conscientização serão realizadas com o auxílio da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da TV Senado e da Rádio Senado, sob a orientação dos especialistas e consultores da comissão.

Audiências públicas

Na reunião de ontem, a CPI também aprovou requerimentos de convite a especialistas e autoridades para participação em audiências públicas.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, será uma das convidadas. Segundo o presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), é preciso conhecer as ações de defesa e proteção da infância executadas pelo Ministério Público, em especial as voltadas a povos tradicionais e ao combate ao tráfico de crianças, à pedofilia e ao trabalho infantil.

A participação de sete novos consultores também foi aprovada pelo colegiado. Entre os profissionais que atuarão na CPI, estão psicólogos, psiquiatras e especialistas em bullying e cyberbullying.

O prazo de funcionamento da comissão foi prorrogado até agosto, quando deverá ser apresentado o relatório com as conclusões dos trabalhos.



Comissão presidida por Magno Malta investiga violência contra crianças

Comissão sobre Código Comercial faz debate hoje

A comissão temporária para reforma do Código Comercial promoverá hoje audiência pública para debater o projeto (PLS 487/2013) que modifica a norma. O Código Comercial vigente foi criado em 1850. O debate contará com a participação dos juristas Fábio Ulhoa Coelho, João Otávio de Noronha e Alfredo de Assis Gonçalves Neto, que participaram da elaboração do anteprojeto de lei.

Até 20 de junho, quando deverá ser apresentado e votado o relatório, a comissão promoverá debates com enti-

dades e lideranças dos meios empresariais, comerciais e jurídicos. A comissão também fará visitas a federações comerciais em São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, conforme prevê o plano de trabalho do colegiado, proposto pelo relator, Pedro Chaves (PSC-MS).

Os trabalhos da comissão pautam-se em cinco eixos principais: ampliação da segurança jurídica, modernização da legislação empresarial, fortalecimento das normas consuetudinárias e de autorregulação, simplificação

e desburocratização da vida empresarial e melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

O anteprojeto apresentado pela comissão de juristas então criada para discutir o tema foi transformado no PLS 487/2013, assinado por Renan Calheiros (PMDB-AL), então presidente do Senado. Composta por 11 senadores, a comissão temporária é presidida por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). O vice-presidente é Acir Gurgacz (PDT-RO).

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

Palestra amanhã aborda autismo e hiperatividade

O Senado sedia amanhã a palestra Autismo e Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade: distúrbios neuro-comportamentais que interferem no desenvolvimento da criança.

Promovido pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, do Senado, o evento começa às 15h no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis/ILB.

O autismo é uma síndrome comportamental permanente que compromete o desenvolvimento da linguagem, a socialização e a coordenação motora, além de dificultar a expressão de afetividade. As pessoas com autismo podem ter alguma forma de sensibilidade sensorial, que ocorre em

um ou mais dos cinco sentidos — visão, audição, olfato, tato e paladar podem ser mais ou menos intensificados.

A neurologista infantil Ana Low será a palestrante. Mestre em ciências da saúde pela Universidade de Brasília, ela é especialista em neurologia infantil e neurofisiologia clínica pelo Children's Hospital of Eastern Ontario, da Universidade de Ottawa, Canadá.

A médica explica que os critérios diagnósticos mudaram e hoje as crianças são levadas mais cedo para uma avaliação, o que amplia as possibilidades para o seu desenvolvimento.

— A notícia ruim é que o Brasil não está preparado para atender os pacientes de autismo à altura da necessidade, uma vez que uma criança

dentro do espectro autista necessita de atendimento em várias áreas, como a fonoterapia, terapia sensorial, psicoterapia e estimulação precoce, entre outras — observa a médica.

A palestra é gratuita e tem como público-alvo profissionais das áreas de educação, saúde e desenvolvimento social, além de legisladores, gestores dos setores público e privado, professores e estudantes, membros de organizações não governamentais e outras instituições da sociedade, pais e cuidadores em instituições de acolhimento.

O evento marca a segunda edição do Ciclo de Palestras de Capacitação sobre a Primeira Infância, organizado pelo comitê científico que assessora voluntariamente a comissão.

Colegiado vota seminário sobre crime contra mulher na internet

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCVM) reúne-se hoje, às 14h30, para votar 15 requerimentos. Entre os itens da pauta, estão requerimentos da relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE), para realização do 14º Seminário LGBT e de um seminário sobre o combate aos crimes de ódio contra a mulher na internet.

A relatora também pede audiências públicas para debater a guarda compartilhada, a violência obstétrica

e a aplicabilidade da Lei do Feminicídio. Luizianne requer ainda informações sobre os programas federais de enfrentamento à violência contra a mulher e sobre denúncias de ameaças de morte sofridas por líderes rurais no Amazonas.

Há ainda na pauta requerimento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para a realização de audiência pública sobre mecanismos de assistência e proteção a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Ângela elogia Campanha da Fraternidade 2018

Ângela Portela (PDT-RR) comentou o lançamento da Campanha da Fraternidade.



Segundo ela, o tema deste ano, que apela para a superação da violência, reafirma o engajamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nos problemas sociais do país.

A senadora disse que considera “assustador” o aumento da violência e a elevação da taxa de homicídios no Brasil.

Ela classificou medidas como a reforma trabalhista e o teto de gastos públicos como formas de violência contra os mais pobres.

Moka homenageia ex-senador e governador de MS

Waldemir Moka (PMDB-MS) manifestou pesar pela morte do ex-senador Wilson



Barbosa Martins, no dia 13 de fevereiro. Ele considera o ex-senador como a maior liderança do PMDB em Mato Grosso do Sul.

Moka afirmou que Martins era um homem honesto, sério e que sempre deixou bons exemplos nos seus 100 anos de vida. Moka lembrou que foi líder de governo quando Martins foi governador de Mato Grosso do Sul. O senador afirmou que Wilson Martins prestou grandes serviços ao Senado, a Mato Grosso do Sul e ao país.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Mais Médicos

9h Após pauta de 12 itens, análise do relatório sobre o Programa Mais Médicos.

CDR Zona Franca Verde

9h Entre 7 itens, o PLS 68/2016, que amplia benefícios à Zona Franca Verde.

CTEC Licenciamento eletrônico

9h30 O PLC 140/2015, sobre licenciamento de veículos, é um dos 12 itens da pauta.

CSJ Tribunal Superior do Trabalho

10h Sabatina de Alexandre Luiz Ramos, indicado para o TST. Após, 30 itens.

CDH Brinquedos adaptados

11h Entre 14 itens, o PLS 382/2011, sobre a instalação de brinquedos adaptados.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 477/2017 — Complementar, que simplifica a verificação de regularidade do contribuinte, abre a pauta.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Pedidos

14h30 Análise de requerimentos.

CÓDIGO COMERCIAL Audiência

14h30 Debate com o ministro João Otávio de Noronha, do STJ, e os professores Fábio Ulhoa e Alfredo Gonçalves Neto.

BRASIL/ARGENTINA Metrologia

14h30 Audiência para discutir criação de organismo bilateral de metrologia.

MP 803/2017 Refis do Funrural

14h30 Análise de relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Aprovado por 55 votos a favor, 13 contrários e 1 abstenção, decreto presidencial de ação federal na segurança pública fluminense, que já passara na Câmara, será promulgado

Senado autoriza intervenção no estado do Rio

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, pouco antes da meia-noite, o decreto do presidente Michel Temer que impõe intervenção do governo federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Foram 55 votos a favor, 13 contrários e uma abstenção. O decreto agora será promulgado.

Aprovada na madrugada anterior pela Câmara dos Deputados, a medida iniciada em 16 de fevereiro tem o aval do Congresso para seguir até o último dia de 2018. Enquanto estiver em vigor, ficarão paralisadas as discussões e votações de qualquer proposta de emenda à Constituição (PEC) tanto na Câmara quanto no Senado.

Esta é a primeira intervenção federal em um estado desde a promulgação da Constituição, em 1988. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, esteve presente no Plenário.

A própria Constituição determina que a intervenção federal é competência da União, só podendo ser decretada e executada pelo presidente da República. O Congresso pode aprovar ou suspender a intervenção.

Senadores da oposição tentaram impedir a aprovação da medida, que classificaram de desnecessária, mal justificada, dispendiosa, mal planejada e politiquera. Afirmaram também que a intervenção foi decidida contra a vontade dos militares e que não resolverá os problemas do estado. A possibilidade de uso de mandados de busca e apreensão coletivos foi considerada inconstitucional por vários senadores.

Onda de violência

O Decreto 9.288/2018 foi aprovado por meio de projeto de decreto legislativo (PDS 4/2018), relatado pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) em Plenário. Em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Lopes considerou o decreto como medida extrema e excepcional, porém necessária diante da realidade do estado.

Segundo o relator, o Rio de Janeiro enfrenta onda grave de violência, e a população vive com medo e em “situação de paranoia”. Ele considerou necessárias medidas fortes e efetivas do poder central para garantir os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade previstos pela Constituição.

O interventor nomeado pelo documento é o general Walter Souza Braga Netto. O decreto estabelece que esse cargo é de natureza militar. As atribuições

governamentais fora da área de segurança pública permanecem nas mãos do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, acrescentou Lopes.

O relator explicou ainda que o documento determina que o interventor é subordinado ao presidente da República e “não está sujeito às normas estaduais que conflitam com as medidas necessárias à execução da intervenção”. Além disso, o interventor poderá requisitar “os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos” que sejam necessários para o objetivo da intervenção.

A medida autoriza ainda que o interventor requirite “bens, serviços e servidores” das áreas das secretarias estaduais de Segurança e de Administra-

ção Penitenciária e do Corpo de Bombeiros Militar para emprego nas ações por ele determinadas. Também ficam subordinadas ao interventor as polícias civil, militar e penitenciária do estado.

Questionamentos

Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu questão de ordem para tentar parar a análise do decreto, argumentando que o Executivo não apresentou cálculos dos impactos financeiros e orçamentários da intervenção. Ele afirmou que o governo federal não planejou de maneira eficaz a medida. Mas o presidente do Senado, Eunício Oliveira, negou.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) comentou a nota técnica

conjunta de procuradores federais que apontam equívocos no decreto. Segundo a nota, poderá haver graves violações à ordem constitucional e aos direitos humanos, como mandados coletivos de busca, apreensão e captura. Os procuradores também defendem que estabelecer o cargo de interventor como de natureza militar é inconstitucional.

Randolfe apresentou requerimento pedindo a criação de uma comissão externa do Senado para acompanhar de perto a execução da intervenção. Eunício disse que o requerimento será votado futuramente.

Renan Calheiros (PMDB-AL) também questionou a constitucionalidade da intervenção. O senador disse ainda

que a medida teria de atingir todo o governo, não apenas a segurança.

Durante a votação do decreto na Câmara, a relatora, deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), incluiu duas indicações ao Poder Executivo em seu parecer. Ela sugeriu a apresentação de recursos federais em caráter continuado, a serem usados na segurança pública e nas áreas de assistência social. Também sugeriu que o Executivo regulamentasse o poder de polícia das Forças Armadas e estabeleça diálogos com o Ministério Público e com o Judiciário para o controle externo da operação. Os dois pedidos são apenas sugestões, pois não é possível apresentar emendas ao decreto de intervenção.



Eduardo Lopes, relator do decreto em Plenário, considerou a medida como extrema e excepcional, mas necessária

Polêmica, medida do governo divide opiniões de senadores

A aprovação do decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro dividiu opiniões no Plenário. Enquanto os senadores favoráveis apontavam que a medida pode diminuir a violência, os contrários registravam o temor de a violência aumentar, principalmente contra os mais pobres.

Por determinação regimental, foram inscritos para discursar cinco senadores a favor e outros cinco contrários ao decreto.

Na opinião de Marta Suplicy (PMDB-SP), Temer deu um passo necessário e corajoso, pois a população clama por mais segurança. Ela classificou como “manipulação” o discurso de quem alega que a intervenção é militar e pode trazer mais violência.

— É preciso coragem para enfrentar e derrotar a criminalidade — afirmou a senadora. Lasier Martins (PSD-RS)

apoiou a medida, lembrando que no Rio há territórios dominados por criminosos onde a polícia não entra. Esse fato, segundo o senador, já justificaria a intervenção.

Magno Malta (PR-ES), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) também discursaram a favor.

— Não há o que fazer a não ser aprovar o decreto. Qualquer posição contrária é embate político — disse Cássio.

Romero Jucá (PMDB-RR) reconheceu que o assunto é polêmico. Ele elogiou a coragem de Temer em decidir pela intervenção e pediu a união de todos os setores da sociedade para combater a violência.

“Farsa”

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a medida tem caráter político, pois outros estados apresentam índices de violência piores e a situação no Rio

é grave, mas “não é de agora”.

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a crise de segurança é reflexo do pouco investimento do governo Temer, que estaria ligado aos “interesses do mercado”:

— O Senado está participando de uma farsa midiática. A responsabilidade está nas nossas mãos, pois a população pobre não pode ser massacrada.

Segundo Lindbergh Farias (PT-RJ), a medida não passaria de uma farsa com intenções políticas. Humberto Costa (PT-PE) disse que o governo não respondeu a muitas dúvidas sobre o decreto. O senador manifestou receio de que a população mais pobre seja a maior vítima da intervenção.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também afirmou que a medida traz riscos para os moradores pobres. A senadora questionou ainda a efetividade do decreto.

Eunício diz que iniciativa federal foi pedida pelo governador

Em entrevista coletiva no início da tarde, Eunício Oliveira esclareceu que cumpriria o compromisso que assumiu pessoalmente com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.

— Sou um democrata e a princípio não sou a favor

de intervenções. Mas, neste caso específico, o governador pediu a intervenção na minha frente. Portanto, agora estou na obrigação de cumprir este compromisso, e não de acordo com a minha conveniência — disse o presidente do Senado.

Perguntado se defende a

adoção de medida semelhante em seu estado, o Ceará, Eunício deixou claro ser contrário.

— O Ceará não se encontra em descontrole, e já encaminhamos uma força-tarefa de Inteligência. Jamais vou defender a intervenção pela intervenção.

Favorável ao decreto, Bezerra pede apoio contra violência

Em discurso antes da votação do decreto, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) disse que a violência deve ser “encarada de frente, sem demagogia e com cooperação entre a União e os estados”.

A decisão de Temer, disse, foi necessária, pois ações anteriores de combate à criminalidade foram insuficientes. Ele pediu que os senadores deixem de lado os embates políticos e partidários.

— O que está em jogo não se resume a um mero apoio do governo a um estado, mas sim uma sinalização de que o Estado combaterá a criminalidade.

Vanessa critica falta de plano para ações das forças militares

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a intervenção no Rio de Janeiro não pode ser uma decisão unilateral da Presidência da República. Os parlamentares, na avaliação dela, precisam dar opinião sobre o assunto.

O Congresso, disse, deveria estar votando um plano de intervenção mais bem elaborado. Do jeito que está o decreto, afirmou, o Parlamento está sendo chamado a dar carta branca a Michel Temer.

— Qual é o plano da intervenção? O Brasil até hoje não sabe — criticou.

Previdência entrou no vermelho ao ser integrada à Fazenda, diz senador

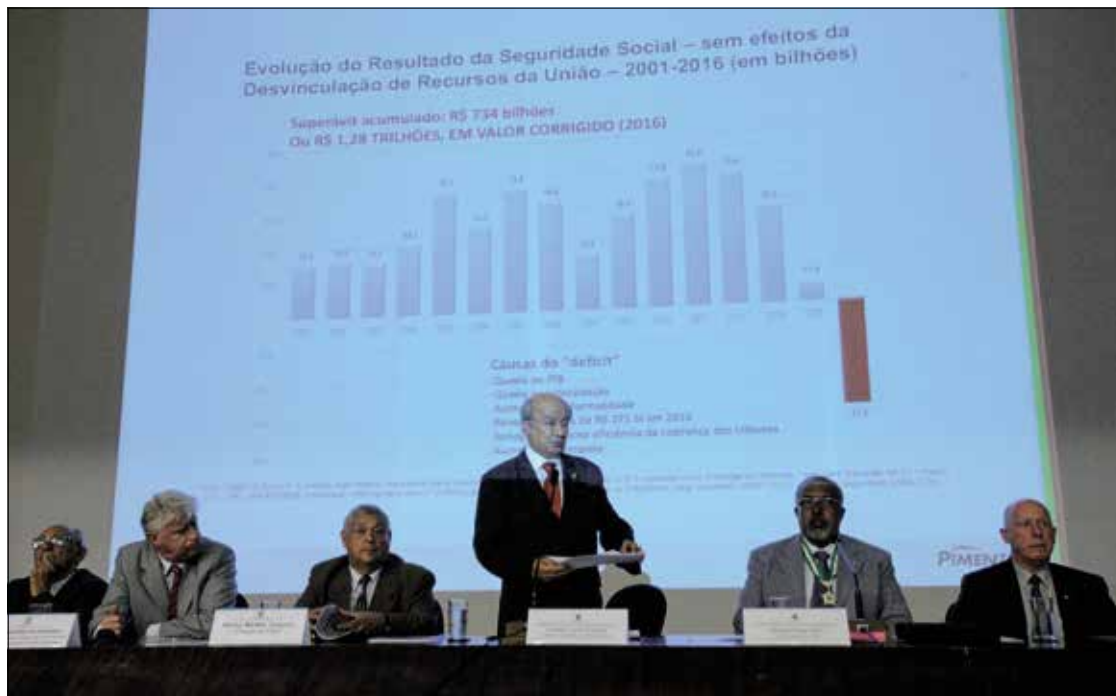
Em audiência pública, José Pimentel, que foi ministro da Previdência, afirmou que sistema previdenciário urbano se tornou deficitário em 2016

O SENADOR JOSÉ Pimentel (PT-CE), que foi ministro da Previdência Social entre 2008 e 2010, disse que o caixa da Previdência dos trabalhadores urbanos apresentou saldo positivo até 2015. De acordo com ele, o rombo apareceu quando a pasta foi integrada ao Ministério da Fazenda.

— Ao extinguir o ministério, o cofre da Previdência foi para o Ministério da Fazenda. Foi por isso que o Ministério da Previdência foi extinto em 16 de maio de 2016.

A declaração foi feita ontem, numa audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a situação dos aposentados e os devedores da Previdência.

Pimentel avaliou que o governo privilegia os grandes devedores da Previdência e trata com desdém os contri-



O senador e ex-ministro José Pimentel fala em debate sobre Previdência, ao lado do senador Paulo Paim (2º à dir.)

buintes das micros e pequenas empresas.

O representante da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura na audiência, Francisco Urbano, pediu a mobilização da sociedade para impedir que o governo utilize propaganda para plantar informações desfavoráveis aos aposentados e pensionistas.

— Antes de começar as

eleições, eles vão inventar que não têm dinheiro para pagar os aposentados da Previdência. Eles vão querer mostrar que nós estamos dando o calote, e não eles. Nós vamos ficar atentos a isso.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do pedido da audiência, agradeceu a mobilização de parte da sociedade contra a reforma da Previdência.

— A Previdência é do povo brasileiro, e não dos banqueiros. Vida longa a este povo querido, que se mobilizou no país inteiro e por isso eles [governo] recuaram.

Durante a audiência, a decisão de suspender a análise da PEC da reforma da Previdência até o dia 31 de dezembro, em razão da intervenção no Rio de Janeiro, foi comemorada.

Comissão aprova audiência sobre projetos de cooperação científica

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem a realização de audiência pública para debater projetos de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Israel. Os projetos que serão analisados pelos dois países serão voltados principalmente para a área de tecnologia da água.

A temática foi considerada importante para o Brasil e de grande interesse para a comissão pelo presidente do colegiado, Otto Alencar

(PSD-BA). Autor do pedido de audiência, o senador sugeriu que fossem convidados para o debate o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e o ministro de Ciência, Tecnologia e Espaço de Israel, Ofir Akunis.

A reunião foi encerrada antecipadamente por causa da sessão do Congresso Nacional em horário simultâneo marcada para o mesmo horário. Os outros 12 itens da pauta não foram analisados.

Minha Casa, Minha Vida pode ter cota para operário da construção

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) deve analisar hoje, às 9h, o projeto que destina 5% das unidades construídas no Programa Minha Casa, Minha Vida aos trabalhadores da construção civil (PLS 331/2015).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do projeto, observa que as exigências burocráticas do programa impedem que segmentos carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, afirma a senadora, a exclusão é “particularmente perversa, uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo sucesso do programa”.

A proposta recebeu voto favorável de Regina Sousa (PT-PI), relatora na CDR. Segundo ela, a burocracia prejudica o aumento do alcance social do Minha Casa, Minha Vida, de modo que ainda se encontram entre os trabalhadores da construção civil “amplas parcelas

desassistidas, residindo em condições precárias”.

A votação na CDR é final e, em caso de aprovação, o projeto deve seguir para análise da Câmara, se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Semiárido

Também pode ser votado em caráter final o PLS 146/2014, que define os critérios de enquadramento de municípios na Região do Semiárido. De acordo com a proposta, a definição da região deve ser atualizada a cada cinco anos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por critérios de precipitação pluviométrica média anual, índice de aridez e risco de seca.

Já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto é do senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e tem José Pimentel (PT-CE) como relator.



Para Otto Alencar, é importante criar um canal de cooperação com Israel

Audiência pública discute uso de grades na proteção de condomínios

A Comissão Senado do Futuro (CSF) faz amanhã, às 17h, uma audiência pública interativa para discutir os mecanismos de proteção adotados por condomínios residenciais

como reação ao aumento da violência. A colocação de grades em casas e prédios do Cruzeiro, em Brasília, será um dos casos abordados.

Foram convidados repre-

sentantes dos Ministérios da Justiça e das Cidades, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Secretaria de Gestão do Território e Habitação do

Distrito Federal, do Ministério Público e de associações de moradores, entre outros.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Humberto: “Governo sofreu sua derrota mais expressiva”

A suspensão da votação da reforma da Previdência foi considerada por Humberto Costa (PT-PE) como a “derrota mais expressiva” do governo federal. Para o senador, o adiamento da análise da proposta não resultou do impedimento causado pela intervenção federal no Rio de Janeiro, mas da insuficiência de votos para aprovação.

— O fato desmistifica a ideia de que Temer é reformista. Ele reconheceu sua derrota na Previdência e, por isso, passou a agir de forma populista e irresponsável na área da segurança pública.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Telmário Mota se diz arrependido de voto a favor do impeachment

Telmário Mota (PTB-RR) acusou o governo Temer de abandonar Roraima. O senador apontou a falta de apoio na questão da imigração de venezuelanos e a inação quanto à ligação do estado ao sistema elétrico nacional. Ele também disse que o Incra não quer ajudar Roraima a implementar o Cadastro Ambiental Rural.

— O maior equívoco político da minha vida foi votar a favor do impeachment. Agora percebo que coloquei ali uma quadrilha que está contra o meu estado. Peço desculpa: Dilma, você foi a melhor presidenta para o meu estado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ana Amélia pede mais prazo para adesão a Refis do Funrural

Ana Amélia (PP-RS) espera que o governo prorrogue o prazo para que os produtores rurais façam adesão ao parcelamento das dívidas do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

O prazo acaba na quarta-feira. Mas, devido ao Carnaval, às dificuldades de atendimento na Receita e das complicadas regras da repactuação, os produtores pediram um tempo maior.

— Os próprios contadores dizem que o detalhamento técnico é tão grande, existem tantas modificações, que eles estão confusos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Congresso derruba vetos à Lei da Adoção

Parlamentares rejeitaram veto a artigo que concede 30 dias para que família procure por crianças acolhidas. Findo o prazo sem contato da família, elas seguem para adoção

GRAÇASAUM acordo de lideranças, o Congresso derrubou ontem, por unanimidade, o veto presidencial a dispositivos da lei que prioriza a adoção de grupos de irmãos e de crianças e adolescentes com problemas de saúde. O texto segue agora para promulgação.

Quatro trechos da Lei 13.509/2017 haviam sido vetados pelo presidente da República, Michel Temer, no final de 2017. Um dos trechos vetados determinava que “recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 dias” seriam cadastrados para adoção. A justificativa para o veto foi que o prazo era exíguo.

Outro trecho vetado proibia o apadrinhamento por adultos inscritos no cadastro para adoção. Segundo a justificativa do veto, a proibição “implicaria prejuízo a crianças e adolescentes com remotas chances de adoção”, já que é esse o perfil de crianças procuradas em programas de apadrinhamento. Argumentou-se ainda que padrinhos e madrinhas são potenciais adotantes.



Senador Eunício Oliveira (C) comanda sessão do Congresso Nacional destinada à análise de vetos presidenciais

Para Armando Monteiro (PTB-PE), relator do projeto que deu origem à lei na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o texto representa um avanço e uma contribuição em favor da adoção de crianças.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o veto à lei era incabível e que sua derrubada vai garantir segurança e agilidade na adoção de crianças.

A derrubada do veto tam-

bém foi saudada por Marta Suplicy (PMDB-SP), para quem a burocracia gigantesca impede a adoção de crianças. Ela ressaltou ainda que o projeto foi extremamente discutido em diversas audiências públicas com especialistas do setor.

Vetos mantidos

Na mesma sessão de votação, foi mantido o veto presidencial à Lei 13.526/2017, que

previa crédito suplementar no valor de R\$ 232,8 milhões, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, e crédito especial de R\$ 300 mil para o Ministério da Saúde.

De acordo com a justificativa do Executivo, os dispositivos vetados violam o artigo 166 da Constituição, por apresentarem incompatibilidades com a Lei de Diretrizes Orça-

mentárias, que determina a restrição de cada projeto de lei a um único tipo de crédito adicional. Ainda de acordo com o Executivo, os dispositivos vetados adicionam crédito especial em projeto que trata de crédito suplementar.

Também foi mantido o veto presidencial à Lei 12.688/2012, que instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). O programa atende instituições de ensino federais e amplia a oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes de graduação em instituições de ensino superior.

O texto aprovado pelo Congresso e enviado ao Executivo acrescentava entre os beneficiários alunos não portadores de diploma de curso de graduação cuja renda familiar mensal per capita não excedesse a três salários mínimos.

A inclusão, no entanto, foi vetada pelo Executivo, bem como o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização do Fies, que ia até 31 de setembro de 2017, tendo em vista que a data já expirou.

Aprovado crédito de R\$ 2 bilhões para socorrer municípios

O Congresso aprovou ontem projeto de lei que abre crédito de R\$ 2 bilhões para os Ministérios da Educação (R\$ 600 mil), da Saúde (R\$ 1 bilhão) e do Desenvolvimento Social (R\$ 400 mil). O dinheiro deve viabilizar o auxílio financeiro aos municípios que está previsto na Medida Provisória 815/2017.

A MP autoriza a União a transferir aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recursos destinados à superação de dificuldades financeiras emergenciais. Pelo texto, a parcela destinada a cada município será definida pelos mesmos critérios de transferências do FPM e os municípios deverão aplicar os recursos preferencialmente em saúde e educação.

De acordo com o Planalto, estima-se que, apenas em 2017, os municípios tenham deixado de receber cerca de R\$ 4 bilhões por meio do FPM. Segundo o Ministério da Fazenda, as transferências da União e as receitas próprias dos entes federados “vêm se realizando abaixo das expectativas e das projeções das administrações municipais desde 2015”.

Na justificativa do projeto do crédito (PLN 1/2018), o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ressaltou que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício.

O crédito especial previsto será viabilizado devido à anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de comissão e de bancadas estaduais, de execução não obrigatória.

Parte dos recursos, no valor de R\$ 271,6 milhões, refere-se a cancelamento de despesas primárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Incoerência

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o anúncio do socorro aos municípios foi feito quando o presidente Michel Temer queria barganhar apoio a projetos de seu interesse no Congresso. Além disso, afirmou a senadora, os recursos vêm de cortes em segmentos importantes, inclusive na segurança pública, que está em crise no país. Um dos cortes, segundo Vanessa, foi nos recursos para o monitoramento de fronteiras.

— Ou o governo tem uma política clara de segurança para as nossas fronteiras, que é por onde entram as armas ilegais e por onde entram as drogas, ou nós não vamos ter avanço nenhum na segurança pública das grandes cidades. Pois bem: estão sendo retirados mais de R\$ 60 milhões somente da área de vigilância das fronteiras brasileiras — disse.

Deputados também criticaram os cortes feitos pelo governo em alguns programas para remanejar os recursos. De acordo com Bohn Gass (PT-RS), o projeto tira dinheiro, por exemplo, do Programa de Aquisição de Alimentos, do saneamento básico, de serviços ambulatoriais e de programas ligados à educação.

— Para ajudar os municípios está tirando de outras áreas importantes, fundamentais aos municípios. O governo tinha a possibilidade de economizar sabe onde? Na propaganda que

ele fez, caríssima, para mentir para o povo brasileiro que essa reforma da Previdência mexeria em privilégios. Não mexe em privilégios coisa nenhuma! — criticou o deputado.

Já para o deputado André Moura (PSC-SE), criticar o auxílio é um ato de falta de compromisso. A ajuda financeira, segundo ele, é um gesto de sensibilidade do governo, ao compreender o momento difícil dos municípios.

Emenda

Vários deputados apresentaram questões de ordem, a maioria delas sobre a falta de apresentação do relatório para que fosse lido pelos parlamentares antes da votação.

Por sugestão do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), o presidente do Senado, Eunício Oliveira, que preside a Mesa do Congresso, propôs ao relator, senador Pedro Chaves (PSC-MS), a retirada uma emenda em troca do compromisso dos deputados de votar o texto original enviado pelo Executivo, já que eles tinham tido acesso a essa versão antes da sessão.

— Faço um apelo ao relator indicado por mim pedindo a ele a gentileza de que ajude a pacificar o Brasil, que está todo a nossa espera. Os prefeitos do Brasil inteiro estão nos assistindo e esperando que a gente possa dar aos municípios esse pequeno alívio — disse Eunício.

A emenda retirada, de acordo com o relator, buscava preservar algumas das dotações que seriam canceladas, especialmente na área de abastecimento de água em municípios com até 50 mil habitantes.

“Vou trabalhar para derrubar veto ao Refis das micros”, diz Eunício

Em entrevista coletiva ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que deixou claro ao presidente Michel Temer “não ver sentido” no veto total ao refinanciamento das dívidas das micros e pequenas empresas (Refis), aprovado pelo Congresso no fim do ano passado (PLC 164/2017).

Eunício disse ser contrário a esse tipo de renegociação, mas lembrou que, nos últimos dez anos, foram aprovados 17 Refis para setores “que têm poder de pressão”. Para ele, agora as micros e pequenas empresas “não devem ser desprezadas”.

— Deixei claro ao presidente Temer que, se não houver um entendimento até a próxima reunião do Congresso, vou trabalhar pela derrubada deste veto. As micros e pequenas empresas geram cerca de 90% dos empregos deste país, é um setor de enorme relevância — disse.

Na sessão do Congresso de ontem, José Pimentel (PT-CE) informou que a análise do veto presidencial ao Refis para micros e pequenas empresas será em 6 de março.

— Confio que o veto será derrubado. É o primeiro Refis para as micros e pequenas, as maiores geradoras de postos de trabalho no Brasil. Só no último Refis, as maiores empresas do país conseguiram se livrar de mais de R\$ 38 bilhões em dívidas. Empresas como a JBS e a Ambev abateram, cada uma, cerca de R\$ 1 bilhão, segundo informações da Comissão de Valores Mobiliários — afirmou o senador.

Projeto prevê mediação em conflito por guarda de filho

Proposta busca desafogar os tribunais e agilizar soluções. Também está na pauta da Comissão de Direitos Humanos um projeto que prevê brinquedos em shoppings para crianças com deficiência

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pode votar hoje um projeto de lei que prevê o uso da mediação na resolução de conflitos entre as partes responsáveis pela guarda de menores.

Do senador Dário Berger (PMDB-SC), o PLS 144/2017 reinsere na Lei 12.318 um dispositivo que constava do texto original, mas foi objeto de veto presidencial, como forma de prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.

De acordo com o projeto, as partes poderão recorrer à mediação para resolver seus litígios, antes ou durante o processo judicial.

A mediação será precedida de um acordo que indique a sua duração e o regime provisório de exercício de responsabilidades ao longo do processo. O projeto determina que os termos do acordo de mediação não vinculam decisões judiciais posteriores.

O relatório, do senador Romário (Pode-RJ), é favorável à proposta. De acordo com uma emenda apresentada pelo relator, o termo que ajustar o procedimento de mediação e o que dele resultar deverão ser submetidos ao exame do Ministério Público e à homologação do Poder Judiciário.

Depois de passar pela CDH, o projeto será analisado em caráter terminativo na Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CCJ já examina outra proposta envolvendo mediação, o PLC 84/2017, que prevê que os juízes recomendem esse instrumento a casais em divórcio. O projeto aguarda designação de relator na comissão.

Shopping centers

A CDH poderá analisar ainda, também em caráter terminativo, o PLS 382/2011, que institui uma cota de brinquedos para crianças com deficiência em shopping centers.

De acordo com a proposta, apresentada pelo ex-senador Vital do Rêgo, os centros de compras poderão ser obrigados a destinar a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no mínimo 5% dos brinquedos e equipamentos existentes em seus parques de diversões.

O texto original determinava

a instalação de brinquedos adaptados a crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nas áreas de lazer dos shoppings. Para isso, previa a edição de uma nova lei. Contudo, um substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2016 incluiu a obrigatoriedade na Lei de Acessibilidade (Lei 10.098). A norma já prevê a destinação, em parques de diversões públicos e privados, de 5% dos brinquedos e equipamentos ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A relatora substituta do projeto na CDH, senadora Regina Sousa (PT-PI), manteve a redação aprovada na CAE. O texto final, portanto, em vez de criar uma nova norma, apenas inclui na lei em vigor a determinação para que os shoppings também cumpram esse percentual.



Romário é o relator do projeto de lei que prevê o uso da mediação



Pai também deve acompanhar período neonatal do filho, defende Rose

Licença-maternidade ampliada está na pauta de comissão hoje

Um projeto que amplia o período de licença-maternidade e permite seu compartilhamento com o pai da criança está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 151/2017 é um dos 12 itens em análise na reunião.

O texto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir à trabalhadora o direito a licença de 180 dias, sem prejuízo do salário. Hoje são concedidos 120 dias. Além disso, 60 dias da licença poderão ser compartilhados com o cônjuge ou companheiro. A Constituição assegura cinco dias para os pais.

O mesmo direito, de acordo com o projeto, vale quando a trabalhadora adotar uma criança ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção. Em caso de filho com deficiência ou necessidade especial, a licença-maternidade será em dobro e poderá ser compartilhada com o cônjuge ou o companheiro de forma alternada.

A autora da proposta, Rose de Freitas (PMDB-ES), diz que a direção da família cabe ao

homem e à mulher, sempre no interesse dos filhos. Para estimular a “paternidade responsável”, a senadora entende ser necessário dar ao pai o direito de acompanhar não só o nascimento, mas o desenvolvimento do filho no período neonatal.

A proposta tem parecer favorável do relator, Jorge Viana (PT-AC), na forma de texto substitutivo. Caso aprovado pela CAS, o texto poderá seguir para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Mais Médicos

A CAS também deve discutir hoje o relatório de avaliação do Programa Mais Médicos, política pública escolhida pela comissão para acompanhamento em 2017. Lídice da Mata (PSB-BA) é a relatora. Na análise da senadora, o Mais Médicos alcançou o objetivo de reduzir o déficit de profissionais da saúde no interior do país. No entanto, alerta Lídice, a sustentabilidade do programa está ameaçada, devido à crise fiscal do país.

Aéreas podem ter prazo para reembolsar passagem não usada

Projeto que dá prazo máximo de sete dias para as empresas aéreas reembolsarem os passageiros por bilhetes não utilizados pode ser votado amanhã. O substitutivo ao PLS 313/2013 já foi aprovado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e agora passará por um segundo turno de votação.

Pelo substitutivo, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o consumidor deve receber o valor pago pela passagem corrigido monetariamente. A empresa que descumprir a lei será punida com multa de 100% sobre o valor devido ao passageiro. Segundo o autor do projeto, o senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o texto foi inspirado em

debates feitos pelo Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de São Paulo (Sindetur-SP), que constataram desempenho insatisfatório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na proteção do consumidor de serviços aéreos.

Na CTFC, o relator é o senador Armando Monteiro (PTB-PE), que seguiu o substitutivo já aprovado pela Comissão de

Infraestrutura (CI), elaborado por Flexa.

A versão aprovada é bastante diferente do projeto original, que reconhecia vários direitos do usuário, excluídos do substitutivo da CI e, consequentemente, da subemenda. Na lista estavam, por exemplo, a exigência de o passageiro ser informado sobre o número de assentos da aeronave por

categoria tarifária, as tarifas aeroportuárias e as restrições aplicáveis ao bilhete ofertado; multas não abusivas por cancelamento ou remarcação de bilhete; indenização por danos morais e materiais em caso de cancelamento de voo ou extravio de bagagem.

Se aprovado, o projeto pode seguir para a Câmara, sem passar pelo Plenário do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores questionam venda da Eletrobras

Em audiência, parlamentares questionaram valores do negócio. Representante do governo disse que estatal de eletricidade está afundada em dívidas

A PRIVATIZAÇÃO DA Eletrobras dominou o debate sobre o plano de desestatizações do governo federal nos setores de energia elétrica, petróleo e gás, portos, aeroportos, rodovias e ferrovias organizado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Técnicos do governo defenderem as concessões nessas áreas. Na visão deles, elas acabarão com as ineficiências e trarão equilíbrio econômico e lucro para o governo. No caso da Eletrobras, disseram, a privatização provocará até mesmo a redução de tarifas para os consumidores. Na avaliação dos senadores da oposição, no entanto, a privatização é um “negócio vil”, que só dará prejuízos à sociedade.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, explicou que a Eletrobras enfrenta um processo de endividamento que a tem impedido até mesmo de participar de leilões de energia.

A capitalização, segundo ele, vai fortalecer a empresa, que também gerará novos impostos e dividendos, beneficiando o caixa da União. Pedrosa lembrou que



O senador Fernando Bezerra Coelho (C) conduz a audiência sobre o plano de privatizações do governo federal

o montante de R\$ 12 bilhões previstos com o leilão não será proveniente da venda da Eletrobras, mas sim do direito de conceder outorgas.

Desigualdade regional

Questionado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que teme pelo fim de projetos para diminuir as desigualdades regionais, Pedrosa garantiu que os programas sociais do setor, como o Luz para Todos e a Tarifa Social, não acabarão com as concessões, já que seus recursos vêm do Tesouro Nacional.

Vanessa criticou a previsão de venda de seis distribuidoras das Regiões Norte e Nordeste pelo valor simbólico de R\$ 50 mil. Pedrosa explicou que os prejuízos acumulados ao longo dos anos com essas

distribuidoras são enormes e que os compradores não receberão as empresas saneadas.

— Os R\$ 50 mil são o capital a ser colocado, mas as distribuidoras continuarão com o conjunto de dívidas, da ordem de R\$ 13 bilhões, mais o compromisso de investimento.

Integrante do Conselho Administrativo da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e ex-ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner posicionou-se contra a privatização e defendeu o modelo de gestão das hidrelétricas da China, do Canadá e da Noruega, que é majoritariamente estatal, mas com empresas desverticalizadas, distintas, para tratar de geração, transmissão e comercialização da energia.

— Defendo que a Eletrobras, enquanto agente público de

controle do Estado brasileiro, tem papel fundamental na evolução do modelo regulatório — disse.

O ex-ministro disse temer que o novo dono da empresa imponha preços abusivos pela energia gerada, principalmente nas usinas que estão prestes a ser amortizadas, ou seja, com custos de construção já pagos, como Itaipu.

Patrimônio estratégico

O senador Jorge Viana (PT-AC) também se posicionou contra a venda da estatal.

— Eu não posso, no pior momento da vida nacional, vender o pouco patrimônio que o Brasil tem. E, principalmente, um patrimônio estratégico. Eu toparia vender se a maior potência econômica do mundo fizesse isso. Nos Estados Unidos, 75% da geração

hídrica é estatal — afirmou.

Insatisfeito com as justificativas apresentadas pelo governo federal e com a pressa para finalizar as privatizações sem um debate aprofundado, Hélio José (Pros-DF) anunciou já ter apresentado requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o sistema elétrico do Brasil. O senador aguarda a instalação da CPI para os próximos dias.

— Nós, que estamos no setor elétrico há muitos anos, achamos que as propostas não estão adequadas. A CPI seria uma forma de chegar a um modelo mais adequado para o Brasil — afirmou o senador.

O diretor do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal, Icaro Barreto, apoiou a investigação a ser feita pelo Senado.

— É importante a iniciativa do senador Hélio José e dos outros senadores que subscreveram essa CPI. Será a investigação de um escândalo que está ocorrendo — opinou.

O senador Roberto Muniz (PP-BA) propôs ainda a criação de um Observatório de Gestão das Empresas Estatais, ligado à Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, que faria uma radiografia das 149 empresas estatais sob domínio da União, já que por elas passam investimentos importantes para a sociedade.

Atibaia pode receber título de Capital Nacional do Morango

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto que confere à cidade de Atibaia (SP) o título de Capital Nacional do Morango. O PLC 77/2017 vai para o Plenário.

O autor, deputado Roberto Alves (PRB-SP), explica que a produção de morango em Atibaia começou na década de 1950 e se expandiu rapidamente, devido ao solo fértil e ao clima favorável.

O município paulista foi o primeiro a receber a certificação de Produção Integrada de Morangos (PIMo), um projeto pioneiro da Embrapa que oferece frutas mais saudáveis. Atibaia recebe dois festivais: a Festa das Flores e Morango de Atibaia e a Festa do Morango de Atibaia e Jarinu.

O relator, senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), apresentou parecer favorável ao projeto. O parecer foi lido pelo senador Dário Berger (PMDB-SC).

Comissão de Educação aprova criação de duas federais em Goiás

O estado de Goiás deverá ganhar mais duas universidades públicas: a Federal de Catalão e a Federal de Jataí. A medida está prevista em dois projetos que foram apresentados pela Presidência da República e ontem receberam a aprovação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Já aprovados pelos deputados, os PLCs 5/2018 e 7/2018 seguem com pedido de urgência para votação no Plenário do Senado, último passo antes de serem encaminhados à sanção presidencial.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), relatora dos pro-

jetos, destacou a luta de senadores, deputados federais, professores e prefeitos de Goiás para a criação de ambas as universidades.

— É um pleito antigo do estado de Goiás. São 20 anos de luta, 20 anos de espera. É um dia de vitória para o estado.

Como homenagem aos esforços da bancada goiana no Senado, Lúcia Vânia repassou a relatoria do parecer sobre o PLC 7/2018 ao senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

— Tanto ele quanto eu temos uma satisfação muito grande em poder relatar esse projeto. Eu não poderia relatar os dois,

sendo que um eu teria de dividir com o meu companheiro de bancada Ronaldo Caiado — afirmou a senadora.

Caiado destacou a longa luta dos goianos pela criação das novas universidades.

— É gratificante para nós, goianos, aprovar matérias tão relevantes como estas, que darão oportunidade para milhares de pessoas — assinalou.

Prosperidade

O PLC 5/2018 prevê que a Universidade Federal de Catalão (Ufcat) terá sede e foro no município de mesmo nome. Cursos, alunos, cargos e patrimônio da unidade Catalão da Universidade Federal de Goiás (UFG) serão automaticamente transferidos para a Ufcat.

Além do aproveitamento da estrutura existente da UFG para compor o quadro de pessoal da instituição desmembrada, o projeto prevê a criação de 225 funções gratificadas, 81 cargos efetivos de níveis médio e superior, 40 cargos de direção e 5 funções comissionadas de coordenação de curso.

Já o PLC 7/2018 cria a Universidade Federal de Jataí

(UFJ), com sede e foro no município de mesmo nome. Pela proposta, a transferência de cursos, alunos e cargos será automática. O campus da UFJ será constituído das atuais unidades acadêmicas de Riachuelo e Jatobá, da UFG, em Jataí.

Além do aproveitamento da estrutura existente da UFG, para compor o quadro de pessoal da UFJ o texto prevê a criação de 222 funções gratificadas, 67 cargos efetivos, 40 cargos de direção e 2 funções comissionadas de coordenação de curso.

A proposta determina a criação de um cargo de reitor e um de vice-reitor, a serem nomeados pelo ministro da Educação até que a UFJ seja organizada na forma de seu estatuto.

O Poder Executivo destaca os benefícios que a nova instituição trará para seu entorno, por meio da ampliação da oferta de ensino superior e da “geração de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar da população”.



Senadora Lúcia Vânia diz que universidades são desejo antigo de Goiás



Gerardo Magela/Agência Senado

Reunião da comissão é presidida por Tasso Jereissati e acompanhada da bancada por Lídice da Mata, Otto Alencar, Armando Monteiro, Sérgio de Castro, Ataídes Oliveira e Lúcia Vânia

Empréstimos para DF e Fortaleza vão a Plenário

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou autorização para a União avalizar operações de crédito destinadas a obras de saneamento em Brasília e urbanismo no Ceará

DUAS OPERAÇÕES DE crédito, uma a favor de Fortaleza e outra para o Distrito Federal, foram aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ambas precisam da garantia da União. Os pedidos vão para a análise do Plenário do Senado em regime de urgência.

O Distrito Federal tenta a liberação de até US\$ 100

milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para serem usados no financiamento de um programa de saneamento ambiental, o Brasília Sustentável II.

O governo informa que o dinheiro será usado no tratamento de resíduos sólidos, na inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis, em infraestrutura básica, no

reassentamento de residentes de áreas de risco e de proteção ambiental e em ações voltadas ao fortalecimento de órgãos da área ambiental.

A relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), foi a favor da negociação e lembrou que a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Distrito Federal apresentou contragarantias suficientes e demonstrou ter

capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Futuro

A verba pretendida pela prefeitura da capital cearense é para financiar o programa Fortaleza — Cidade com Futuro. O valor é de até US\$ 83 milhões, a serem obtidos da Corporação Andina de

Fomento (CAF).

O dinheiro será usado em obras de infraestrutura e urbanismo na capital cearense, incluindo melhorias na orla da cidade.

O relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN), considerou que a prefeitura cumpre todas as exigências para a operação e não viu motivos para que o Senado negue a autorização.

Comissão vai analisar impactos da crise na segurança pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai avaliar ao longo de 2018 as ações do Poder Executivo na segurança pública e seus impactos econômicos e orçamentários.

O requerimento da análise, proposto por Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da CAE, foi aprovado ontem.

Todos os anos, as comissões permanentes do Senado escolhem uma política pública para ser avaliada. Tasso argumentou que a questão da segurança ganhou grande relevância para o país, e a comissão não poderia se omitir diante do problema.

Segundo o senador, a violência tem impactos diretos na economia de estados e municípios, como a diminuição da

capacidade de investimento e o afastamento dos investidores.

Outro aspecto relevante a ser considerado, na opinião de Tasso, é a baixa execução de verbas orçamentárias no setor, alvo de frequentes contingenciamentos. Ele ainda apontou desproporcionalidade na distribuição de recursos entre União, estados e municípios.

— Há décadas, planos e políticas na área são lançados com resultados aquém do esperado. O Brasil vive uma crise grave que culminou na intervenção federal no Rio de Janeiro. Apesar de o tema estar mais perto da CCJ, o problema é de tal amplitude que a CAE pode e deve contribuir com soluções — afirmou.

Colegiado adia votação de cargos no TRE-SP

A votação do projeto que cria cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) foi adiada, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para atender um pedido de vista.

O PLC 93/2017 abre 225 vagas no órgão, sendo 96 de analista judiciário e 129 de técnico. Também cria 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas.

O projeto deve voltar à pauta na próxima reunião da CAE.

O projeto de criação dos cargos traz como justificativa a necessidade de aprimorar o funcionamento do órgão, “que mantém, há dez anos, a mesma estrutura de pessoal, ainda que as atribuições tenham crescido de forma

significativa”.

O pedido de vista foi apresentado por Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que ressaltou a necessidade de reequilibrar as contas do país. Armando Monteiro (PTB-PE) avaliou que está na hora de promover uma ampla reforma do Estado brasileiro.

— Estudo recente aponta que o Judiciário brasileiro é o mais caro do mundo. Causa espécie que a Justiça Eleitoral possa estar considerando um aumento de 8% a 10% na folha de pessoal. É um impacto muito considerável — afirmou.

O texto determina que as despesas decorrentes da criação dos novos cargos correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas

ao TRE-SP. Segundo o relator, Otto Alencar (PSD-BA), o impacto orçamentário-financeiro estimado para a criação dos cargos propostos é modesto, comparado ao total do orçamento do TRE-SP.

— De fato, haverá um incremento de menos de 10% na folha de pessoal, sendo criados centenas de cargos que auxiliarão a Justiça Eleitoral a desempenhar seus trabalhos — disse.

O presidente do TRE-SP, desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, acompanhou a discussão.

Se for aprovado pela CAE, o projeto, que já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será votado pelo Plenário do Senado.

Vetos à renegociação das dívidas rurais recebem críticas

Os vetos presidenciais à lei que criou o Programa de Regularização Tributária Rural (Lei 13.606/2018) foram criticados ontem por parlamentares e participantes de uma audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Os vetos anularam o perdão de algumas multas e encargos sobre dívidas rurais.

O programa, conhecido como Refis Rural, foi criado com o objetivo de facilitar e reduzir o pagamento dos débitos rurais em todo o país, mas, quando foi à sanção, em janeiro, foi aprovado com vetos. A nova forma de

cobrança dos débitos prevista no programa ainda deve ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Insegurança

De acordo com o presidente da comissão, Ivo Cassol (PP-RO), os vetos à lei e a falta de uma definição jurídica têm provocado dúvidas entre os produtores rurais.

— O fato é que essa insegurança jurídica tem retardado a adesão dos produtores ao programa, o que, somado ao fato de terem sido postos vetos à lei, pode acabar inviabilizando a participação



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eduardo Condorelli (D) critica vetos presidenciais, em audiência no Senado presidida por Ivo Cassol (C)

de boa parte daqueles que poderiam se beneficiar dessa medida — declarou.

O assessor da Federação de Agricultura do Rio Grande do

Sul (Farsul) Eduardo Condorelli criticou o veto à redução da contribuição previdenciária feita por produtores rurais e empresariais.

— A redução que foi aplicada aos produtores como pessoas físicas deveria ter sido aplicada também como pessoas jurídicas — afirmou.